

Carta de Brasília

Nós, do Colégio de Gestores de Comunicação das Instituições Federais de Ensino Superior (Cogecom), órgão ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reunimo-nos, em evento realizado em Brasília, para reafirmar o compromisso inegociável deste Colégio com a autonomia universitária e a comunicação pública.

Defendemos, neste ato, a importância da incorporação por concurso público e ampliação do quadro de servidores públicos da Comunicação qualificados para a efetivação desse compromisso. Neste sentido, repudiamos os decretos nº 9.262/2018 e 10.185/2019, os quais impossibilitam a contratação de servidores efetivos da área de comunicação, a saber: assistente de direção e produção; editor de imagens; fotógrafo; jornalista; locutor; operador de câmera de cinema e TV; operador de rádio-telecomunicações; programador de rádio e televisão; programador visual; publicitário; relações públicas; revisor de textos; técnico em audiovisual; técnico em som; tradutor intérprete de linguagem de sinais.

Manter as consequências desses decretos autoritários é dar sequência a um projeto neoliberal de desmonte das Instituições Federais de Ensino Superior. É necessário e urgente para a defesa da universidade pública e para a valorização da ciência que tais medidas sejam revertidas. Decretos dessa natureza são ataques diretos à educação, cultura e ciência promovidas pelas IFES, pilares fundamentais para a transformação social e para o desenvolvimento do país.

Alternativas mencionadas por representantes governamentais durante os debates do 9º Encontro Nacional do Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais (Cogecom), como a transformação das áreas específicas de comunicação em “cargos genéricos”, devem ser conduzidas com transparência e diálogo do MEC e MGI com a representação dos gestores de Comunicação das IFES. A instauração de um espaço de diálogo organizado de forma horizontal e sistemático será um ganho para toda a administração pública nacional. Entendemos que é necessária a cristalinidade ainda não observada neste processo de reforma administrativa dos cargos de comunicação das IFES pode ser articulada por meio de debates e consultas administrados por este Colégio.

A questão orçamentária para os setores de comunicação é também um assunto que pautamos nesta carta, como recomendação fundamental para fortalecer uma área estratégica para a Comunicação Pública, Divulgação da Educação, Divulgação Científica, e difusão da Inovação e da Cultura. É crucial para isso, a inclusão no orçamento destinado às IFES, de uma rubrica permanente e carimbada para a "Área de Comunicação" na matriz orçamentária federal.

Ainda como fruto dos debates que tivemos no atual Encontro, com representantes de agência de fomento, Ministério da Educação e profissionais de pesquisa na área de Comunicação, entendemos como necessária a vinculação dos setores de comunicação organizacional das IFES nas rubricas de divulgação científica dos editais de fomento. Assim como a inserção, no planejamento desses órgãos, de bolsas de pesquisa e inovação para servidores das áreas de Comunicação desenvolverem projetos de comunicação pública.

Na mesma direção, em busca de fortalecer a comunicação das Universidades, clamamos pela sensibilização dos dirigentes das IFES — reitores, pró-reitores, demais diretores e assessores —, no sentido de que a comunicação não pode se resumir à prestação de serviços, mas que se trata de algo estruturante dessas instituições. E por essa razão, precisa ter autonomia e estar no centro das tomadas de decisões institucionais. Além de ter investimento garantido no setor, com rubrica própria e cargos de direção.

O momento compartilhado no 9º Cogecom também proporcionou reflexões sobre os tempos desafiadores para a Comunicação, as múltiplas possibilidades — como as plataformas de redes sociais, ferramentas de inteligência artificial, os algoritmos — que se apresentam em nosso cotidiano, cujos potenciais ainda não foram compreendidos e/ou regulamentados, mas alteram o fazer comunicativo em todas as suas instâncias. Neste cenário, nós, responsáveis por essa gestão nas IFES, temos nos dedicado para preservarmos os valores que respaldam a comunicação pública. Sejam aqueles construídos em torno da ética profissional ou pelos esforços empreendidos pela democratização do acesso ao conhecimento realizado a partir das nossas universidades.

Enquanto coletivo, assumimos no Encontro de Brasília o compromisso com a revisão dos nossos falares institucionais na direção da cidadania. A começar pela linguagem inclusiva, incorporando a diversidade existente ao discurso institucional. Articulados em rede, é preciso investir na conscientização, normatização e ações pela comunicação pública de linguagem ampla, democrática e cidadã.

Encerramos esta carta, certos de que só com a ação conjunta de políticas de estruturação da área, da articulação em rede e do compromisso com a comunicação pública assumido pelo nosso corpo de profissionais, alcançaremos a condição para construirmos uma Instituição Pública de Ensino Superior de qualidade, socialmente referenciada e que acolha e promova a diversidade.